



AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA COMO PRÁTICAS TRANSFORMADORAS

Family Farming and Agroecology as Transformative Practices

Lucas de Lima Fernandes Padoan – UFMG – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil

lpadoan2@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho pretende discutir, em linhas gerais, a suma importância de práticas sustentáveis e economicamente viáveis como a agricultura familiar e a agroecologia, para tanto, definimos e conceituamos ambas as técnicas, comparando-as com modelos tradicionais. Nós realizamos traçamos uma reconstrução de todo o processo de desenvolvimento das práticas agrícola a partir do domínio do ambiente pelo ser humano, além de caracterizar a emergência dos modelos postos em questão. Sendo assim, definimos a agricultura familiar e a agroecologia como práticas transformadoras, colocando como evidência dois estudos de caso referentes ao Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica e Assentamento Peixe Cru.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura familiar; Sustentabilidade.

ABSTRACT

This paper discusses in general terms, the paramount importance of sustainable and economically viable practices such as family farming and agroecology, therefore, define and conceptualize both techniques, comparing them with traditional models. We realize we draw a reconstruction of the whole process of development of agricultural practices from the conquest of the environmental by the humans, and we characterize the emergence of models called into question. Thus, we define the family farming and agroecology as transformative practices, putting two case studies as evidence relating to the Alternativa Vicente Nica and the Assentamento Peixe Cru.

Keywords: Agroecology; family farming; Sustainability.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende discutir, em linhas gerais, a suma importância de práticas sustentáveis e economicamente viáveis como a agricultura familiar e a agroecologia, definindo-as e conceituando-as, evidenciando suas relações com a terra e suas formas de apropriação, além de provar a sua capacidade de transformação na sociedade moderna.

Iremos conceituar ambas as técnicas, indicando as principais características que as determinam e consolidam. Compararemos com outros métodos banhados por

tecnologias e produtos químico-industriais, explicitando principalmente suas diferenças e objetivos como práticas agrícolas.

Buscaremos indicar casos e conflitos para ilustrar fielmente o nosso estudo e aprendizado, discutindo as consequências e implicações tanto para o campo, quanto para as cidades.

Em síntese, objetivamos expor como as práticas estudadas podem ser consideradas transformadoras em meio à sociedade rural e urbana, indicando também as dinâmicas entre o campo e a cidade, evidenciando duas espacialidades distintas, mas, no entanto, complementares.

A emergência da agricultura

Em um primeiro momento, é imprescindível o conhecimento de todo o processo histórico que culminou em uma prática na qual conhecemos hoje por agricultura, e que, apesar de não ser valorizada no meio urbano, é a grande responsável pela movimentação do setor alimentício, não só no Brasil, mas em qualquer lugar do mundo.

Baseando-se na obra de Paulo Oliveira, “Notas sobre agricultura através do tempo”, é possível traçarmos o desenvolvimento das práticas agrícola a partir do domínio do ambiente pelo ser humano.

Pode-se dizer que, a partir de estudos arqueológicos, a agricultura é um fenômeno recente, datado aproximadamente há 10.000 anos, enquanto a existência do homem é estimada em 1.000.000 de anos. Assim, afirmasse que o surgimento da agricultura é oriundo da necessidade do homem (do caçador-coletor), de modo geral, em manejar o alimento a seu favor. Não podemos afirmar que essa atividade veio de uma transformação brutal, mas sim lenta e gradual. Dessa forma, sabemos que o ser humano começou a domesticar certas espécies, dar início ao cultivo, impulsionada por motivos diversificados e escolhendo espécies diferentes por razões distintas.

O surgimento da agricultura como prática social, dentre os vários motivos, destaca-se a necessidade de introduzir os cereais na dieta alimentar, possibilitando a existência de uma nova economia produtora de alimentos; a confecção de materiais e ferramentas apropriadas; a sedentariedade possibilitada pela agricultura; a criação de animais para o consumo provindo dessa mesma ideia de sedentariedade, fazendo com que a caça se tornasse uma prática desnecessária. Tais conjuntos de características podem significar os principais motivos pelos quais sucederam o surgimento da agricultura e a pecuária.

Ressalva-se a importância da Revolução Neolítica para a agricultura, com a possibilidade de confecção de ferramentas que viabilizam o cultivo e a criação de animais, tornando-se possível trocar uma vida dinâmica como caçador itinerante e dar continuidade a uma vida sedentária e fixa em uma região, proporcionada pela agricultura e pecuária.

Esse consumo de cereais provindo da agricultura permitiu um maior crescimento populacional, aumentando a busca por terrenos agricultáveis para alimentar toda a população. Em caso de escassez de terras produtivas, uma crise se instalava no antigo sistema agrário, levando a guerras entre comunidades e famílias ou a migração dos remanescentes.

Novamente salientamos que agricultura não surgiu de repente, não foi um processo rápido.

“A agricultura não surgiu de um momento para outro. Ela Surgiu quando uma série de condições históricas anteriores foram reunidas e permitiram a passagem da caça e coleta para uma economia predominantes agrícola. A agricultura surgiu em pouca áreas, a mais antiga e mais conhecida está no Oriente Médio.” (OLIVEIRA, 1989, pg. 13).

Com o aumento populacional e a busca por novas terras para a manutenção da nova economia produtora de alimentos, inicia-se a derrubada manual e queimada de arvores para o cultivo e larga escala. Como os instrumentos utilizados eram rudimentares, a utilização do fogo passou a ser mais adotada como medida para limpar uma floresta, seguido da derrubada a fins de viabilizar a terra para a agricultura, pois o fogo limpava rapidamente o espaço e aumentava a fertilidade da terra em função da biomassa vegetal queimada e das cinzas acumuladas sobre a superfície do solo. Com o intenso manejo do fogo para auxiliar na agricultura, adotou-se um sistema de sucessão cultural associado à rotação de terras que após alguns anos de cultivo tornava-se necessário um tempo de pousio de aproximadamente trinta e oito anos para cada dois anos cultivados.

O crescimento demográfico continuou aumentando o que implicou necessariamente na falta de alimentos e novas falhas no sistema de cultivo. Como alternativa, para evitar a crise, o homem passou a procurar novas áreas e outros estratos naturais para buscar biomassa, provocando mais alterações e desequilíbrios no meio, entretanto, mesmo assim o denominado Sistema Agrário de Florestas entrou em crise, pois houve uma pesada diminuição no ciclo natural e um aumento excessivo de indivíduos.

Ao longo do tempo novas técnicas foram surgindo e melhorando a atividade agrícola. Em função da degradação florestal, nas terras mediterrâneas surge o sistema agrário com pousio auxiliado pela tração animal, o qual foi utilizado por toda a Europa até o século XIX, proporcionando o desenvolvimento de novos instrumentos e ferramentas de trabalhos até as primeiras décadas do século XIX, ocorrendo a primeira revolução agrícola contemporânea.

Passou-se a utilizar leguminosas no lugar do pousio, pois assim facilitava a fixação do nitrogênio e ainda servia de alimento para os animais utilizados na tração. Novas técnicas de fertilidade além das leguminosas foram introduzidas também, entre elas à utilização de esterco animal e, por fim, cabe dizer aqui que a introdução do artesanato trouxe inestimáveis melhorias, para a época, em suas ferramentas e instrumentos de tração animal. Como dito por Oliveira (1989), em poucos decênios houve um incrível aumento nas manufaturas e duplicação na diversificação da produção vegetal e animal, diminuindo gradativamente a fome e as doenças.

Com a revolução industrial proporcionando avanços tecnológicos no século XX, a agricultura se vê mecanizada e industrializada a partir de adubo e fertilizante químico, vem o surgimento de novas maquinas e tratores, colheitadeiras, a produção de ração

animal, veneno e etc. Dessa forma a agricultura ganha um novo caráter, ocorre a um maior surgimento de latifúndios e monoculturas, intensifica-se a degradação de meio ambiente, novas técnicas e tecnologias danosas ao solo, à retirada da cobertura vegetal, a exposição do solo a processos erosivos, a poluição de cursos e reservatórios d'água. Tudo faz parte de um sistema agroexportador, a agroindústria, práticas que prevalecem hoje no Brasil.

A agricultura familiar como modo de reprodução social

Ao começarmos a discutir sobre agricultura familiar, primeiramente, devemos conceituar o termo: "Agricultura familiar é aquela em que a família assume o trabalho no estabelecimento produtivo ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção" (Wanderley, 1997, p. 25).

Já para a Food and Agriculture Organization (FAO) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, a agricultura familiar pode ser definida pela administração da propriedade feita pela família residente, que o trabalho em sua maior parte seja desempenhado por membros da família e que os fatores de produção estejam na mão da família.

No geral, agricultura familiar pode ser definida pela produção agrícola de uma família, no qual a força de trabalho é composta pelos próprios membros da família. A produção é destinada principalmente a subsistência da família, no entanto, pode haver parcelas da produção destinada ao mercado envolvente.

Uma das maneiras de inserir a agricultura familiar como forma de reprodução social é na lógica camponesa, já que toda comunidade camponesa está cunhada na agricultura familiar, mas nem todo agricultor familiar é um camponês. Seguindo a lógica camponesa, não há acúmulo de riquezas, o campesinato se beneficia do trabalho basicamente para se nutrir, para atingir o seu estado de afluência, o que se assemelha a uma economia primitiva, entretanto, é possível haver o trabalho para o mercado envolvente, seja para complementar renda para o subsídio ou não, fator que os diferencia distanciando-os da economia primitiva em si. Ressalta-se que na medida em que uma comunidade aumenta suas relações com o mercado envolvente, a lógica camponesa começa a dar lugar à lógica industrial.

A terra é um patrimônio da família ou da coletividade, caso contrário, pode ocorrer de haver cobranças de tributos ou dízimos. Novamente destacamos a importância da unidade familiar e das relações na lógica camponesa. Os membros da família compondo o trabalho braçal, a dimensão das terras, as heranças transmitidas, os casamentos, parentescos e entre outros, são diversos fatores que colocam esses sistemas a margem do capitalismo, pois de qualquer maneira é impossível aplicar qualquer parâmetro ou lógica capitalista dentro da lógica camponesa, já que não existe mercado de base.

Nesse sentido, afirmamos que a economia camponesa se baseia na produção de valores de uso para o autoconsumo, onde o excedente é utilizado, via inserção no mercado envolvente (ou não), para adquirir tudo aquilo que não é possível produzir nas próprias terras. Assim, conceituamos que a autonomia é um fator extremamente importante dentro da, já citada, lógica camponesa. Quanto mais inseridos no mercado envolvente, menos autônomos eles são.

Como já foi dito anteriormente, a lógica camponesa está obrigatoriamente relacionado com a agricultura familiar, entretanto, a agricultura familiar não está relacionado obrigatoriamente com a lógica camponesa. Não é uma relação mutua.

A reprodução da agricultura familiar esta nos pequenos agricultores, na pequenas propriedades que, no Brasil, representa estatisticamente o maior número de imóveis, entretanto, os latifúndios apesar de serem relativamente poucos, ocupa a maior área do país, indicando a concentração fundiária presente desde a colonização do país.

A agricultura familiar se manifesta principalmente dentre os pequenos produtores citados, sendo geralmente aquele que reside na zona rural com uma posse de gleba rural de no máximo 50 hectares, sendo que a família constitui a maior parte da mão-de-obra, admitindo-se a contratação de terceiros, geralmente não excedendo mais de três funcionários.

Dessa forma, pode-se dizer que existe um traço marcante entre a propriedade e agricultor familiar, a noção de pertencimento ainda esta muito presente. Geralmente é nesse mesmo local onde viveram antepassados e constituíram a família por gerações, atribuindo ao local uma simbologia e um sentimento de posse, identidade e principalmente, como já citado, o pertencimento. Assim como pode ser observado por Juniele Silva e Estevane Mendes (2010).

“Assim, a agricultura familiar trata-se de um segmento que preserva até onde pode, os seus costumes e valores, práticas, saberes e crenças. São costumes relacionados ao trabalho, ao convívio social, às relações sociais, à religiosidade e à fé que, por sua vez, se constituem e se traduzem por meio de práticas, hábitos e símbolos, muitos deles dogmatizados e sacralizados que se reproduzem e se mantêm de geração em geração por meio da cultura, constituindo suas identidades.” (SILVA; MENDES, 2010, p..03)

Os pequenos proprietários e agricultores familiares são invisíveis para sociedade urbana, sofrem com o preconceito e são classificados como atrasados, ou seja, são constantemente colocados a margem da sociedade “moderna”, são expelidos pelo sistema capitalista e, ao mesmo tempo, são obrigados a servi-lo como produtor de alimentos. São os pequenos produtores que abastecem os grandes centro urbanos com sua produção, são eles que oferecem alimentos para os mercados, sacolões, feiras semanais e supermercados. Estatisticamente falando, são os agricultores familiares que colaboram com cerca de 60% dos alimentos consumidos nos grandes centro urbanos do Brasil. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, na agricultura ele é responsável pela produção de 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% da produção de milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% da produção de trigo. Já na pecuária o agricultor familiar é responsável por 60% do leite, 59% de carne suína, 50% das aves e 30% de carne bovina. No geral, acredita-se que a agricultura familiar represente cerca de 37,8% do valor bruto da produção agropecuária.

A modernização agroindustrial tem dado novas características e transformado pequenas unidades familiares, principalmente na região sul do país. Os produtores que não se integraram a modernização agroindustrial buscaram novas alternativas para

continuar a reproduzir seu meio de vida. Um exemplo dessas “resistências” são os assentamentos ou até a migração inversa (MEDEIROS, 2007, pg.04-06).

Entretanto, essa prática vem enfrentando diversos problemas no que se refere a políticas públicas e planejamento seja em nível municipal, estadual, federal ou até mesmo em nível regional. Assim como expressa Alberto Duque Portugal (2004), diretor presidente da Embrapa, em um artigo publicado na revista *Agroanalysis*:

“O desafio é maior se for considerada a diversidade de situações. Quando se analisa o cenário em que se insere a agricultura familiar observa-se que os problemas são diferentes para cada região, estado ou município. No Norte há dificuldades de comercialização pela distancia dos mercados consumidores e esgotamento da terra nas áreas de produção. No Nordeste são minifúndios inviáveis economicamente. No Sudeste é a exigência em qualidade e saudabilidade dos produtos por parte dos consumidores. No Sul é a concorrência externa de produtos do Mercosul.” (PORTUGAL, 2004)

A agricultura familiar, no final das contas é marcada por crenças, práticas tradicionais, valores morais e éticos, simbologias e sentimentos de identificação e pertencimento. Provando que o agricultor familiar é a base, é um dos fomentadores da economia brasileira, acabando com a ideia de atraso que constantemente é vinculado injustamente.

A agroecologia como prática, movimento e ciência

O termo “Agroecologia” passou a ser empregado de forma efetiva, a partir de 1970, quando agrônomos passaram a observar a importância da ecologia nos sistemas agrícolas. Entretanto, passou a ser difundida e considerada como uma ciência aplicada a agricultura só a partir da década de 80.

Pode ser compreendida em três segmentos distintos, como ciência, movimento e prática. Ao defini-la a partir da ideia de ciência (ou disciplina científica), a agroecologia apresenta um conjunto conceitual para os estudos e sistemas agrários, de caráter multidisciplinar, permitindo a introdução da noção de sustentabilidade. Assim como apontado por Miguel Altieri:

“É a ciência ou a disciplina científica que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas, com o propósito de permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade. A Agroecologia proporciona então as bases científicas para apoiar o processo de transição para uma agricultura “sustentável” nas suas diversas manifestações e/ou denominações.” (ALTIERI, s.d.)

Conceituando perante a ideia de prática, devemos entender como uma aplicação direta das ideias difundidas, estabelecendo uma nova relação entre a sociedade e a terra, levando em consideração, principalmente, o saber popular e tradicional impregnados em comunidades. A proposta principal dessas práticas está na oposição do agronegócio e, sobretudo, provar que é possível garantir uma vida saudável com produtos orgânicos e sem nenhum insumo químico. Assim, pode-se dizer que as práticas

agroecológicas podem ser consideradas uma resistência da agricultura familiar dentre os pequenos proprietários para com o agronegócio.

A agroecologia em si, é uma abordagem provinda da agricultura que se baseia com nas dinâmicas naturais, dentre elas a sucessão natural, permitindo a manutenção da fertilidade do solo, admitindo assim o cultivo sem o uso de agrotóxicos ou fertilizantes químicos.

Dentre as diversas práticas agroecológicas, visando a qualidade de vida perante uma atividade economicamente viável, a compostagem e o controle biológico estão presente como atividades paralelas ao uso intensivo de produtos químico-industriais e a utilização de outros meios e ferramentas danosas ao meio ambiente.

Já como movimento, pode-se dizer que é uma estruturação social da agroecologia com o surgimento de diversas entidades, organizações e mobilizações sociais visando à popularização dessas práticas já citadas.

Em uma definição feita por uma agroecóloga, Ana Maria Primavesi, a brasileira reforça uma forte ligação com a essência do saber tradicional:

"A Ecologia se refere ao sistema natural de cada local, envolvendo o solo, o clima, os seres vivos, bem como as inter-relações entre esses três componentes. Trabalhar ecologicamente significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida. Sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado. Por essa razão, a Agroecologia depende muito da sabedoria de cada agricultor desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais." (PRIMAVESI, 2010).

Ao falarmos em agroecologia e saber tradicional, sempre poderemos atrelar comunidades indígenas e camponesas tradicionais, já que possui uma relação totalmente distinta com terra da lógica capitalista. Esses povos possuem uma afinidade de comunhão com a terra, uma relação de dependência e necessidades, portanto, sendo preciso manter as práticas tradicionais disseminadas em suas comunidades.

Para o autor de Agroecologia e Saber Ambiental, Enrique Leff, é necessário destacar a priorização do saber prático e não nas regras convencionais da ciência:

"A validação do paradigma da Agroecologia não se produz conforme as regras da produção científica convencional, mas através da experiência dos saberes práticos. São conhecimentos que se aferram à terra conduzidos por saberes individuais dos produtores diretos. Neste sentido, deveríamos falar, sobretudo, de "saberes agroecológicos", que envolvam o sujeito do conhecimento, como nos tempos dos saberes tradicionais, em que a vida cotidiana e produtiva estava arraigada nas artes e ofícios, na maestria própria da execução de práticas guiadas por regras, mas onde a criatividade individual não estava submetida a um mecanismo tecnológico e científico imposto de cima e de fora do âmbito dos mundos de vida das pessoas." (LEFF, 2002, pg. 44).

Diferente de como é expresso por diversos autores, a agroecologia não é só uma caixa de ferramentas ecológicas a ser aplicadas, leva-se em conta questões culturais e comunitárias enraizadas nos agricultores para o sucesso do método (LEFF, 2002).

As práticas agroecológicas estão sempre adaptadas ao meio ou localidade de

inserção da comunidade, conciliando-se com todas as condicionantes geográficas, climáticas e ambientais, entretanto, hoje, essas limitações estão cada vez menores em função da emergência de novas tecnologias, do surgimento do transgênico (o qual ainda nem sabemos suas implicações para a saúde humana), a utilização de produtos químicos para a transformação e adaptação do solo a determinados tipos de cultivos, e por fim, a mecanização de atividades anteriormente aplicadas por braços humanos.

A agroecologia, portanto, surge de um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que assumem princípios ecológicos e mantem valores culturais embasados nas práticas agrícolas (LEFF, 2002). Observa-se, no entanto, que com o passar do tempo essas práticas cruas, com o advindo da tecnologia e da necessidade de um crescimento econômico exagerado, foram “capitalizadas” e sofreram com um processo de transformação no que hoje chamamos de agronegócio.

Dessa forma, nos resta entender todo o processo de organização da agroecologia, a contraposição ao agronegócio e a um sistema agroexportador, visando à introdução de ideias sustentáveis em uma sociedade que hoje, em grande maioria, se encontra inerte as questões que envolvem o futuro da humanidade em meio a uma crise ambiental.

Estudo de casos

a) Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica

O Centro de Agricultura Alternativa é uma organização não governamental sem fins lucrativos que surgiu em 1994 por uma mobilização de agricultores a partir de uma organização no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Turmalina, em Minas Gerais.

Essa mobilização veio com o objetivo de colocar em discussão formas alternativas e viáveis de agricultura familiar dentro a região do Vale do Jequitinhonha, sem desconsiderar qualquer fator cultural, social, político, econômico ou ambiental, colocando sempre em evidência o agricultor como ator ativo do processo.

O Centro de Agricultura atua de diversas formas em mais de 35 municípios, seja no baixo, médio ou alto Jequitinhonha. Propõe e aplica a ideia da sustentabilidade e promove a preservação ambiental através de programas de recuperação de áreas degradadas e preservação de áreas ameaçadas, como nascentes por exemplo. Também atua no âmbito social, desenvolvendo programas que promovem o acesso a água, auxilia na produção agroecológica, fomenta a economia local através da economia solidária, realiza intervenções a favor da educação do campo e tenta extinguir as diferenças de gênero enraizadas culturalmente no campo.

Para conseguir a abrangência que hoje o programa possui, o CAV sempre buscou estar envolvido nos problemas em cada município em que atua ou pretende atuar, buscando parcerias inclusive com as prefeituras municipais, como uma alternativa de tentar influenciar nas políticas públicas das regiões em que estão presentes.

No Programa Gestão dos Recursos Hídricos, o CAV atua juntamente com as comunidades beneficiadas visando à conservação, recuperação e a viabilização do acesso aos recursos hídricos. É de grande importância para o Centro democratizar o

acesso a água, tanto para o consumo quanto para fins domésticos ou produtivos, ampliando, dessa forma, o conhecimento e a independência dos agricultores.

Dentro do programa de gestão de recursos hídricos, ocorre uma mobilização das comunidades para pesquisar e identificar as potencialidades e dificuldades na atuação, ocorrendo, inclusive, projetos de capacitação dessas comunidades. Sendo assim, ocorrem mutirões para o cercamento de nascente, visando sua proteção. A construção de cisternas e placas dentro da tecnologia difundida pela ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro). A construção de barraginhas e bacias de contenção de água da chuva e, por fim, o monitoramento das atividades pelos técnicos do CAV em conjunto com as populações de cada comunidade.

Adjacente ao Programa de Gestão dos Recursos Hídricos existe o Programa Guarda Chuva, funcionando como um instrumento de promover a cidadania das famílias agricultoras no Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas por meio da mobilização social, trabalhando com ações que aumenta sua abrangência e facilita a convivência no semiárido. O projeto já garantiu a construção de cerca de duas mil cisternas para captação de água da chuva, garantindo além da construção, a capacitação para o gerenciamento desse recurso.

Na sede do CAV ocorrem encontros e programas de capacitação ao agricultor, oferecendo-lhe conhecimento no que se refere a novas técnicas de produção agroecológicas. Essa capacitação não é feita somente para agricultores das localidades, mas também para estudantes que pretendem aprimorar os estudos e ver na prática o que é repassado adiante como uma técnica sustentável e economicamente favorável ao produtor.

Como forma de incentivar as práticas agroecológicas e movimentar a economia local, o CAV apoia as Feiras Livres, buscando uma melhor organização, melhores condições de vida no campo e uma melhor produção e comercialização desses produtos. Através das feiras livres, os agricultores conseguem ter uma base mais sólida, conseguem gerar, através da economia solidária, um retorno mais lucrativo, permitindo melhorias na condição de vida e de trabalho, pois as feiras acabam funcionando como uma organização, comprando insumos orgânicos em conjunto, melhorando o transporte local e o espaço em si.

A agroecologia se encontra presente nas práticas disseminadas pelo CAV, além de promoverem programas e apoiarem projetos que além de disseminar, incentiva. Dessa forma, observa-se a grande importância da agroecologia para a vida dos agricultores familiares da região do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas, melhorando a qualidade de vida sem passar por cima de valores culturais, sociais ou políticos.

b) Assentamento Peixe Cru

O assentamento consiste em uma comunidade que se viu obrigada a se retirar a força de sua localidade original, em Peixe Cru, Minas Gerais. O local onde gerações de familiares cresceram e viveram, hoje, se vê inundada por uma barragem para a construção de uma hidrelétrica.

O governo se responsabilizou pela retirada, transporte dos moradores e acomodação enquanto o novo assentamento não estivesse pronto. Nem todos os habitantes foram levados de forma pacífica, alguns foram retirados nos últimos instantes, sendo obrigados a sair às pressas e colocados em grande número em apartamentos alugados pelo governo para esperar o término da construção das novas moradias.

Por mais abusivo que seja as decisões e ações do governo em relação a essas comunidades, pode-se dizer que em grande parte houve cumprimento do acordo realizado para com os moradores. O assentamento foi projetado com a mesma essência das moradias antigas, tudo que estava presente no local anterior, foi proporcionado no assentamento. A única reivindicação que não foi cumprida por parte do governo foi a elaboração e construção de uma estrada que viabilizaria a passagens dos moradores do assentamento ao cemitério da antiga comunidade, parte na qual não foi atingida e está enterrado os antecedentes. Nesse sentido, evidencia-se uma relação íntima com o espaço, com o lugar vivido, a importância do local onde nasceu pais e avós, a importância física do espaço onde cada indivíduo cresceu e viveu, ou seja, a simbologia que é atribuída ao espaço.

Os moradores, na época que residiam à antiga comunidade, viviam, em grande maioria, da sua produção agrícola de base familiar, era plantado o suficiente para garantir a subsistência. Hoje, essa comunidade também reproduz a agricultura de base familiar no assentamento, entretanto há certas diferenças no terreno que os impossibilitam de cultivar alguns alimentos que eram cultivados na antiga comunidade. Além do cultivo para a subsistência, há também o plantio de eucalipto, oriundo de um acordo feito com o governo, o qual cedeu as sementes e recursos para garantir o cultivo, além de fornecer água e energia para a comunidade.

Atenta-se a agricultura familiar como meio de subsistir, como forma de se reproduzir no espaço. É comum observa-la em comunidades como a do atual assentamento Peixe Cru.

Não podemos dizer que o reassentamento foi um completo sucesso, pois além do desrespeito com a comunidade pelo uso da autoridade, como citado no início, há todo o impacto negativo social, cultural e econômico com a comunidade que ficará marcada em sua história, incalculável e irreversível.

Agricultura familiar e Agroecologia como práticas transformadoras

Tanto a agricultura familiar e agroecologia podem estar mutuamente relacionadas a práticas transformadoras, ou seja, atuarem como ferramentas viáveis para garantir a transformação da estrutura moderna da sociedade em qualquer sentido, seja social, político ou econômico.

Nota-se que a agricultura familiar no Brasil é tem suma importância não só para a economia, mas para a garantia do abastecimento dos grandes centros urbanos. Como já exposto, a agricultura familiar chega a ser responsável por nada menos que 60% dos alimentos que chegam as cidades. Para tanto, existe centros de abastecimentos como o CEASA, onde toda a produção agrícola deve ser direcionada antes de abastecer as cidades. Esses centros de abastecimentos representam em sétimo lugar as riquezas

geradas por Minas Gerais, cumprindo o elo existente entre a produção e o consumo de alimentos.

Em função dessa notada importância da agricultura familiar, o governo passou a dar mais atenção a essa categoria desde a década de 90, materializando seu interesse em políticas como públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e na criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essas novas políticas oriundas desse interesse governamental tem gerado bons resultados para ambas as partes, ou seja, tem atendido algumas das reivindicações por parte dos trabalhadores rurais e cedido a pressões de movimentos sociais. No entanto, ainda não é o suficiente e é notório que esse segmento social não tem recebido reconhecimento prioritário pelo governo, tendo em vista que o agronegócio tem concentrado, nos últimos tempos, cerca de 70% dos créditos concedidos para financiar a agricultura nacional.

A recente atenção para agricultura familiar pode ser justificada por Roxane Lopes Mello:

“A escolha da agricultura familiar está relacionada com multifuncionalidade da agricultura familiar, que além de produzir alimentos e matérias-primas, gera mais de 80% da ocupação no setor rural e favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.” (MELLO, 2008).

Da mesma forma que a agricultura familiar veio ganhando atenção, o mesmo ocorre com a agroecologia, em função de uma crescente necessidade de inserir um a sustentabilidade ecológica na produção agrícola.

Como já descrito, a agroecologia pode ser analisada sobre três perspectivas (prática, movimento e ciência) e, inclusive, vem se tornando uma formação acadêmica em determinadas universidades, como por exemplo, a Universidade Federal do Paraná e a Universidade Federal da Paraíba. O surgimento de um curso de graduação reflete a necessidade de profissionais aptos a difundir práticas e teorias não só entre comunidades, mas também em grandes negócios visando à inserção do conceito de sustentabilidade e conservação dentro da dinâmica social moderna. Para a concretização dessa visão, pode-se notar a constante mobilização social entorno da agroecologia no surgimento de novas ONGs e entidades encarregadas da disseminação desse conhecimento, como, por exemplo, pelo CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica.

A agroecologia tem se tornado, sobretudo, chave para transformações não só no campo, mas também nas cidades, já que tem sido utilizada constantemente por ONGs visando à inclusão social e utilização consciente de lotes e espaços vagos nos grandes centros urbanos.

Observa-se, portanto, a capacidade de ambas as práticas de contraporem ao agronegócio, de proporem uma produção orgânica, sem dependência de insumos químicos e alta mecanização, sem a exploração do trabalhador rural e, sobretudo, sem a monocultura. Assim, ressaltamos suas importâncias como práticas sustentáveis e opostas a lógica do capitalismo, sendo capaz de garantir transformações no âmbito social, econômico e político, através da intervenção, principalmente, na mentalidade do Brasileiro.

Considerações finais

Em síntese, analisamos todo o processo de surgimento e consolidação da agricultura e suas práticas. Observamos que o seu caráter transformador, independente de que forma é aplicada, está continuamente ligada à história da humanidade como um todo. Culminou em aumento populacional nos primórdios de seu surgimento; promoveu modificações nas condições de higiene; foi e ainda é causa de conflitos territoriais; é possível notarmos, a partir da agricultura, a evolução de materiais, ferramentas e instrumentos, ou seja, os avanços tecnológicos; as guinadas e movimentações na economia e etc.

A agricultura como um todo está associada de forma inevitável e impreterível a qualquer sociedade, é por isso que podemos afirmar que existem tantos conflitos e tantos atritos. O que inicialmente originou-se como uma atividade precisamente para a subsistência como forma de se atingir um estado de afluência, hoje pode ser colocado como uma atividade econômica visando o lucro para o reinvestimento do capital, se analisado da ótica do agronegócio. Se tratando de uma atividade puramente econômica inserida dentro de um sistema capitalista, aliás, não somente inserido, mas que adota e alastra a lógica capitalista, é impossível associarmos a uma lógica sustentável ao meio ambiente. Em sua maioria se tornou um sistema danoso e desequilibrado, aliado da crise ambiental que nos cerca, e é nesse sentido que precisamos pensar na inserção de outros atores, a agricultura familiar e a agroecologia como práticas que podem aliviar o prejuízo causado pelo agronegócio.

Ao pensar em uma possível transição agroecológica, nos deparamos com a questão principal, é possível? Será que é realmente viável uma passagem do método regado a produtos químico-industriais e técnicas agressoras a natureza, para um método de base ecológica? Não há dúvidas que as práticas agroecológicas trazem de forma integrada a produção agrícola e a conservação do meio, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida, independente se nos referirmos a consumidores ou produtores, falamos da sociedade como um todo. Entretanto, a viabilidade desse processo, dessa transição, ainda é muito baixa. Por enquanto não há formas de atravessar a bancada rural com iniciativas e mobilizações sociais, mesmo com um “apoio” do governo, ele se mantém inerte quando se trata de assuntos polêmicos como a transição agroecológica, reforma agrária e muitas outras questões conflitivas que permeiam o campo.

Atualmente já existem muitas iniciativas populares, a sociedade já vem se organizando com as ideias de promover práticas sustentáveis no campo e, inclusive, nas cidades, no entanto, o governo não toma atitudes o suficiente para fazer valer a teoria na prática. Ressaltamos, portanto, que não faltam iniciativas e nem força de vontade por parte da população, é necessário, portanto, que o governo busque formas eficientes de atuar em conjunto, estar lado a lado para que uma transição agroecológica no Brasil saia da utopia e possa a vir se tornar uma realidade.

Referências bibliográficas

CHAYANOV, A. V. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas". In: José Graziano da Silva e Verena Stolcke (Orgs.). *A questão agrária – Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin*. São Paulo: Global.

LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. *Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

MEDEIROS, R. M. V., A produção familiar e suas diferentes formas de representação. *Abordagens teóricas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

OLALDE, Alicia. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>> Acesso em: 08/06/2012.

OLIVEIRA, H. B., Paulo. Notas sobre agricultura através do tempo. *FASE*, pg. 03-75. Rio de Janeiro. 1989.

PORTUGAL, Alberto. O desafio da agricultura familiar. Embrapa. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>> Acesso em: 06/06/2012.

SILVA, Juniele. MENDES, Estevane. Agricultura familiar e cultura: identidades e territorialidades. *Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)*, 2010.

TRESSMANN, Roberta. A história da agricultura. Disponível em: <<http://ahistoriadaagricultura.blogspot.com.br/>> Acesso em: 06/06/2012.

Lucas de Lima Fernandes Padoan - Possui graduação em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014), graduação em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2017), Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG (2017) e atualmente está cursando Doutorado em Geografia pela mesma instituição.

